

Acordo está fechado, diz Washington

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

Sob intensa pressão de Washington, o governo brasileiro e o comitê de bancos credores chegaram na noite de ontem, em Nova York, a um acordo de tipo convencional pelo qual o Brasil suspenderá a moratória sobre os pagamentos da dívida externa de médio e longo prazo, que o presidente José Sarney decretou em fevereiro passado, e compromete-se a negociar um programa de ajustamento econômico com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por sua parte, os bancos assumem o compromisso de refinarçar dois terços dos juros devidos pelo Brasil no ano de 1987 e iniciar negociações para um reescalamento mais amplo da dívida, até o fim do ano.

Pelo acordo, que foi confirmado a este jornal por uma fonte oficial do governo norte-americano, no próximo dia 30 de novembro o Brasil fará um primeiro pagamento de cerca de US\$ 1 bilhão, relativo aos juros vencidos de outubro e novembro, usando para tanto recursos de suas próprias reservas e de um

empréstimo a ser feito por um grupo de grandes bancos.

O Brasil entrará com um terço do total e os bancos com outros dois terços. No final de dezembro, o Brasil fará um novo pagamento de juros de cerca de US\$ 500 milhões, nas mesmas bases.

"A idéia de colocar o dinheiro numa conta especial, em uma instituição oficial, foi abandonada", segundo a fonte. Pelo acordo fica entendido que o Brasil continuará a pagar normalmente os juros da dívida a partir de janeiro, mas isso, pelas indicações disponíveis ontem à noite, não seria explicitado no anúncio do acordo. Propositamente, o anúncio do que estava sendo preparado na madrugada de hoje seria vago em relação às questões da vinculação do acordo com os bancos, a ser tentada até o fim deste ano, com o acordo com o FMI.

Os bancos, embora assumam o compromisso de refinarçar uma parte dos juros de 1987, só terão de efetivamente fazer esse empréstimo depois que o acordo de reescalamento

(Continua na página 14)

Acordo está fechado, diz...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

mais amplo tiver sido concluído.

NO BRASIL

De Brasília, a editora Cláudia Safatle ouviu, nesta madrugada, de uma alta fonte do governo brasileiro, em São Paulo, a confirmação de que o acordo com os bancos credores está fechado. "O acordo está fechado nos termos que o Brasil queria, com desvinculação de um acordo com o FMI", disse a fonte. Ela acrescentou que a diferença entre a proposta brasileira e o acordo fechado é de que o segundo depósito de US\$ 1 bilhão por parte do governo brasileiro será feito sob forma de ordem de pagamento, e não como depósito em caução. Com essa ordem de pagamento, os bancos têm garantido o desembolso dos juros retidos durante dois meses (novembro e dezembro) e ela poderá ser sacada no dia 16 de junho de 1988. O primeiro depósito de US\$ 500 milhões da parte brasileira será efetuado no dia 30 de novembro no Banco de Compensações Internacionais (BIS), na Suíça.

A negociação da dívida externa brasileira entrou ontem numa fase decisiva, com pressões de ambos os lados, lances políticos e a fixação de um prazo final, pelo Brasil, que soa próximo a um ultimato.

Se os bancos não fecharem um acordo até as 12 horas de hoje, "o (Fernão) Bracher deve voltar", disse ontem à noite, em Campinas, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, referindo-se ao chefe da missão negociadora que está em Nova York.

"O acordo está difícil", admitiu o presidente José Sarney em entrevista ao editor José Casado, em Brasília (ver matéria ao lado). Mas, otimista, acrescentou: "Tenho certeza que vai sair, e logo".

Ontem à noite havia alguns indícios, em Nova York, de que o jogo de pressões talvez acabe pendendo em favor do lado brasileiro e que a previsão do presidente se realize. Uma fonte qualificada da área monetária do governo norte-americano disse ao correspondente em Washington, Paulo Sotero, que os problemas sobre a estrutura do acordo e a taxa de "spread" já haviam sido superados e que um acordo poderia ser anunciado ainda na noite de ontem.

As principais dificuldades para fechar o acordo provisório que permitiria a suspensão da moratória brasileira vieram de objeções dos bancos. Frente ao impasse, o Fed e o Tesouro aumentaram as pressões e disseram ao Brasil e aos bancos, ontem pela manhã, que consideravam a meia-noite de ontem o prazo final para um entendimento, caso contrário a reclassificação dos empréstimos ao Brasil seria acionada. Bracher respondeu que o Brasil trabalhava como prazo idêntico.

As resistências dos bancos eram substantivas. Bancos europeus e japoneses não queriam fazer o depósito de US\$ 3 bilhões (o Brasil colocaria US\$ 1,5 bilhão) por entendê-lo como um "empréstimo-ponte" que exigiria maiores garantias para ser concedido. O esquema interessa, principalmente, aos bancos norte-americanos, os únicos atingidos por uma eventual reclassificação.

Os bancos queriam maior garantia de supervisão do FMI, e questionavam a forma de fazer o depósito através de uma "escrow account", no Banco para Compensações Internacionais (BIS). Além de a remuneração do BIS ser insuficiente, haveria problemas legais para contabilizar esses recursos. Também separava o Brasil dos bancos uma pequena diferença em relação à taxa de "spread" a ser fixada para remuneração dos recursos depositados: os bancos pediam 1,125%; o Brasil oferecia 0,625%. Todos esses pontos evoluíram até a noite de ontem. Estudava-se, por exemplo, uma alternativa para a "escrow account".

O aumento da dificuldade na negociação com os bancos coincidiu com um conjunto de movimentos de pressão. Um deles, por seu efeito, acabou sendo a inesperada visita de algumas horas do secretário da Fazenda da Argentina, Mário Brodersohn, a Brasília, na noite de quarta-feira. Tanto no Planalto quanto na presidência argentina, desmentiu-se a informação de que Brodersohn teria vindo discutir o iminente anúncio de uma moratória argentina. Em Brasília, contudo, fontes da Fazenda insistiam em que o secretário argentino coletou dados sobre a moratória brasileira.

O fato é que a revelação da viagem de Brodersohn produziu efeitos junto aos credores. Na Argentina, circularam versões de que o Brasil teria usado a viagem de Brodersohn e a suposta moratória argentina como elementos adicionais de pressão sobre os bancos. Nos Estados Unidos, corria a interpretação de que os argentinos teriam usado a vinda ao Brasil como elemento adicional de pressão sobre o FMI para chegar a um acordo razoável. Ambas as versões podem ser corretas, ao menos se lidas pelas consequências concretas da viagem.

Ao mesmo tempo, aumentava ontem a discussão política das implicações do acordo prioritário. O ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, teve uma série de encontros em Brasília, inclusive uma longa conversa com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, onde defendeu a tese de que o Brasil não deve sair da moratória "pela porta dos fundos", ou seja, cedendo a um acordo com o FMI e fazendo pagamentos de juros sem a garantia de um acordo duradouro e vantajoso com os bancos. O senador Fernan-

do Henrique Cardoso, em entrevista à televisão, fez advertências contra o pagamento simbólico brasileiro.

Por trás de muitas dessas advertências repousa a suspeita de que o pagamento brasileiro de US\$ 500 milhões, em novembro, e outro de US\$ 1 bilhão em dezembro ou janeiro, não teria o caráter de um simples depósito em caução, disponível caso o acordo não avançasse, mas seria um pagamento sem retorno. Três diferentes fontes disseram a este jornal que, de fato, o depósito inicial tem este caráter de indisponibilidade que o caracterizaria como o fim da moratória.

Já o segundo pagamento, pelo que o Brasil pediu — e, aparentemente, os bancos concordaram —, teria o caráter de um pagamento direto, mas estaria vinculado ao acerto com os bancos. De todo modo, o risco seria o Brasil fazer o primeiro pagamento e acabar não firmando o acordo de longo prazo.

Bresser está atento para as armadilhas que o acordo pode representar: ele disse a um amigo que, apesar do custo de manter a situação de incerteza, talvez seja melhor esperar do que assinar um acordo ruim, se não for possível fixar os princípios que o País julga adequados.